Rua: R SAN MANUEL GONZALEZ GARCIA 99999
Bairro: CJ RES SOL NASCENTE CEP: 05283100 SQL:
206.012.0001-0

FATO CONSTITUTIVO

Fechamento (muro) considerado inexistente em terreno não edificado, por ter sido construído ou reconstruído em desacordo com as normas técnicas legais ou estabelecidas em regulamento. Artigos 2º e 6º e item B do Anexo Único da Lei nº 15.442, de 09/09/2011. Irregularidade constatada por Agente Público.

NOTIFICACAO

(Em observação ao artigo 10-A da Lei Municipal nº 15.442, de 09 de setembro de 2011 e do artigo 98 da Lei Municipal nº 17.841, de 19 de agosto de 2022.) Os responsáveis por terrenos não edificados (sem construção), com frente para vias ou logradouros públicos dotados de pavimentação ou de guias e sarjetas, são obrigados a executar, manter e conservar gradil, muro ou outro tipo adequado de fecho nos respectivos alinhamentos, observadas as normas técnicas vigentes na Lei nº 15.442/2011 e em seu Decreto Regulamentador nº 52.903/2012. Assim, fica Vossa Senhoria ORIENTADA a sanar as irregularidades constatadas, realizando o devido fechamento do imóvel pelo prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da publicação resumida deste documento no Diário Oficial da Cidade, nos termos do art. 100, § 4º da Lei nº 17.841/2022. Após o prazo concedido, a Administração procederá nova vistoria e caso a irregularidade não tenha sido sanada serão aplicadas as sanções legais com multas reaplicáveis a cada 60 dias até a execução da manutenção necessária.

Documento: [116823685](#) | **Notificação Orientativa**

NOTIFICAÇÃO ORIENTATIVA

Auto de Fiscalização: 20-10042312 Processo:
6049.2024/3029016-3

IDENTIFICAÇÃO DO NOTIFICADO

Nome/Razão Social: NOEDI SIDINEI FRANZIN

LOCAL DA INFRAÇÃO

Rua: R FILOMENA FONGARO 00258, Complemento: VL FANTON
Bairro: PERUS CEP: 05201160 SQL: 187.056.0031-5

FATO CONSTITUTIVO

Imóvel, edificado ou não, que necessita de serviço de limpeza, corte de mato, drenagem ou sendo utilizado como depósito de lixo, detritos ou resíduos de qualquer espécie ou natureza. Artigo 1º e Item A do Anexo Único da Lei 15.442, de 09/09/2011. Irregularidade constatada por Agente Público.

NOTIFICACAO

(Em observação ao artigo 10-A da Lei Municipal nº 15.442, de 09 de setembro de 2011 e do artigo 98 da Lei Municipal nº 17.841, de 19 de agosto de 2022.) Os responsáveis por imóveis (edificados ou não) lindeiros a vias ou logradouros públicos, são obrigados a mantê-los limpos, capinados e drenados, respondendo, em qualquer situação, pela sua utilização como depósito de lixo, detritos ou resíduos de qualquer espécie ou natureza, de acordo com as normas técnicas vigentes na Lei nº 15.442/2011 e em seu Decreto Regulamentador nº 52.903/2012. Assim, fica Vossa Senhoria ORIENTADA a promover limpeza do imóvel pelo prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da publicação resumida deste documento no Diário Oficial da Cidade, nos termos do art. 100, § 4º da Lei nº 17.841/2022. Após o prazo concedido, a Administração procederá nova vistoria e caso a irregularidade não tenha sido sanada serão aplicadas as sanções legais com multas reaplicáveis a cada 60 dias até a execução da manutenção necessária.

Subprefeitura de Santana / Tucuruvi

COORDENADORIA DE GOVERNO LOCAL

Documento: [116817047](#) | **Despacho deferido**

6052.2024/0000910-1 - CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL SANTANA / TUCURUVI

ATA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA PRESENCIAL

Data: 19/11/2024

Horário: Das 19h30 às 21:30

Local: Subprefeitura Santana Tucuruvi

Participantes:

Membros do Conselho Participativo: Secretaria Camila Patricio e Neusa Perroni

Interlocutora: Luciana (Subprefeitura Santana/Tucuruvi)

Município: João Santo

Pauta:

1. Abertura da Reunião

A reunião foi aberta pela Secretaria Camila Patricio, que iniciou

comentando a necessidade de deliberar projetos para PLOA 2025

conforme e-mail recebido da Casa Civil.

Pelo baixo quórum decidiu transferir mais pra frente para

que houvesse participação social expressiva.

A Interlocutora Luciana, apresentou a sobra de recurso de uma obra que ficou abaixo do valor médio da licitação e informou que deveríamos deliberar o recurso para uma outra obra para não ser perdido. Em razão dos acidentes que vem acontecendo na Rua do mercado municipal do Tucuruvi, foi sugerido que o recurso fosse destinado a segurança do local conforme ata anexa.

Sem mais assuntos a reunião foi encerrada.

2. Encerramento

A reunião foi encerrada às 20hs pela falta de participação social.

Sem mais dúvidas ou questionamentos dos presentes.

Aytalane Sales de Souza Camila Patricio
Coordenadora Secretaria

Documento: [116816456](#) | **Despacho deferido**

6017.2021/0021417-5 - CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL SANTANA / TUCURUVI

ATA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA PRESENCIAL

Data: 17/12/2024

Horário: Das 19h30 às 21:30

Local: Subprefeitura Santana Tucuruvi

Participantes:

Membros do Conselho Participativo: Coordenadora Aytalane Sales de Souza,

Secretaria Camila Patricio e Conselheira Neusa Perroni

Interlocutora: Luciana (Subprefeitura Santana/Tucuruvi)

Municípios: Luciana Carla Gomes, Fernando Moviltov, Valquiria (Conseg Vila

Guilherme), Madaí Mello, João Santo, Luiz Fernando, Bianca Moraes, Felipe Kauê,

Ana Paula V. da Silva, Regiane da Silva, Juliana Patricia, Alessandra C. Silva, Alex

Quirino, Andresa Macedo, Nilza Mesquita, Gabriel Motta, Italo Sales

Pauta:

1. Abertura da Reunião

A reunião foi aberta pela Coordenadora Ytalane deu as boas vindas, anunciou a necessidade de deliberar sobre a sobre de R\$5.250.000,00 do

PLOA que segundo a prefeitura não foi dada destinação pois a maioria dos

nossos projetos foram incorporados pelas Secretarias sobrando essa verba

a ser deliberada pelos municípios através do COM.

Na sequencia a Secretária Camila Patricio, explicou como funciona o

orçamento PPA, LDO e PLOA, relatou sobre a verba dos 6 milhões e que

foram destinados para 16 projetos.

Na sequência Luciana interlocutora apresentou uma proposta de projeto

para a reforma do canteiro central da praça Heróis da Feb com a criação de:

Pista de Pump track, Letreiro eu amo a Zona Norte, calça e ciclovia, Pista de

Cooper, Pista de Skate, Pista de Pickball, Quadra de Volley e Beach Tennis,

Play Ground Lúdico, Chafariz, Academia e Uma concha acústica.

Após muita discussão e defesa de que a obra não representava a população

pois esse era um investimento muito alto para um único projeto colocou-se

em votação onde: 10 votos a favor, 9 votos contra e 2 abstenção, o projeto

obteve maioria favorável.

A municípe Alessandra Silva solicitou ressalva de aprovação desde que o

projeto contemplasse banheiro e que o objetivo desse espaço fosse destinado a organizações sociais utilizarem com a população.

CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL SANTANA / TUCURUVI

A Secretaria Camila solicitou a ressalva de que houvesse um canteiro de

Horta Urbana e plantio de arvores.

Sem mais assuntos a reunião foi encerrada às 21h00

Aytalane Sales de Souza Camila Patricio

Coordenadora Secretaria

UNIDADE TÉCNICA DE LICENCIAMENTO

Documento: [116799204](#) | **Comunique-se**

6052.2024/0003357-6 - SISACOE: Auto de Licença de Funcionamento

Interessados: DNA BRASIL CONFECÇÕES E COMERCIO LTDA - ME

COMUNIQUE-SE: CONCEDIDO PRAZO DE MAIS 30 DIAS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DO PRESENTE, PARA ATENDIMENTO DO COMUNIQUE-SE PUBLICADO PELO EDITAL 1177890 NO DOC DE 04/11/2024.

Subprefeitura de Santo Amaro

FISCALIZAÇÃO DE POSTURAS MUNICIPAIS

Documento: [116823674](#) | **Notificação Orientativa**

NOTIFICAÇÃO ORIENTATIVA

Auto de Fiscalização: 16-10088209 Processo:
6053.2024/3045527-0

IDENTIFICAÇÃO DO NOTIFICADO

Nome/Razão Social: SAVIMOVEL COMERCIAL E IMOVEIS LIMITADA

LOCAL DA INFRAÇÃO

Rua: R BENEDITO FERNANDES 00270, Complemento: 520
Bairro: N/I CEP: 04746110 SQL: 087.320.0260-2

FATO CONSTITUTIVO

Imóvel, edificado ou não, que necessita de serviço de limpeza, corte de mato, drenagem ou sendo utilizado como depósito de lixo, detritos ou resíduos de qualquer espécie ou natureza. Artigo 1º e Item A do Anexo Único da Lei 15.442, de 09/09/2011. Irregularidade constatada por Agente Público.

NOTIFICACAO

(Em observação ao artigo 10-A da Lei Municipal nº 15.442, de 09 de setembro de 2011 e do artigo 98 da Lei Municipal nº 17.841, de 19 de agosto de 2022.) Os responsáveis por imóveis (edificados ou não) lindeiros a vias ou logradouros públicos, são obrigados a mantê-los limpos, capinados e drenados, respondendo, em qualquer situação, pela sua utilização como depósito de lixo, detritos ou resíduos de qualquer espécie ou natureza, de acordo com as normas técnicas vigentes na Lei nº 15.442/2011 e em seu Decreto Regulamentador nº 52.903/2012. Assim, fica Vossa Senhoria ORIENTADA a promover limpeza do imóvel pelo prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da publicação resumida deste documento no Diário Oficial da Cidade, nos termos do art. 100, § 4º da Lei nº 17.841/2022. Após o prazo concedido, a Administração procederá nova vistoria e caso a irregularidade não tenha sido sanada serão aplicadas as sanções legais com multas reaplicáveis a cada 60 dias até a execução da manutenção necessária.

Subprefeitura de São Mateus

FISCALIZAÇÃO DE POSTURAS MUNICIPAIS

Documento: [116804387](#) | **Notificação Orientativa**

NOTIFICAÇÃO ORIENTATIVA

Auto de Fiscalização: 19-10048155 Processo:
6054.2024/3040892-7

IDENTIFICAÇÃO DO NOTIFICADO

Nome/Razão Social: ANTONIO DOS REIS LUCAS

LOCAL DA INFRAÇÃO

Rua: R JORGE GONCALVES PACHECO 00039, Complemento: LT 39 QD T
Bairro: JD SAO FRANCISCO CEP: 08390320 SQL: 195.007.0039-4

FATO CONSTITUTIVO

Imóvel, edificado ou não, que necessita de serviço de limpeza, corte de mato, drenagem ou sendo utilizado como depósito de lixo, detritos ou resíduos de qualquer espécie ou natureza. Artigo 1º e Item A do Anexo Único da Lei 15.442, de 09/09/2011. Irregularidade constatada por Agente Público.

NOTIFICACAO

(Em observação ao artigo 10-A da Lei Municipal nº 15.442, de 09 de setembro de 2011 e do artigo 98 da Lei Municipal nº 17.841, de 19 de agosto de 2022.) Os responsáveis por imóveis (edificados ou não) lindeiros a vias ou logradouros públicos, são obrigados a mantê-los limpos, capinados e drenados, respondendo, em qualquer situação, pela sua utilização como depósito de lixo, detritos ou resíduos de qualquer espécie ou natureza, de acordo com as normas técnicas vigentes na Lei nº 15.442/2011 e em seu Decreto Regulamentador nº 52.903/2012. Assim, fica Vossa Senhoria ORIENTADA a promover limpeza do imóvel pelo prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da publicação resumida deste documento no Diário Oficial da Cidade, nos termos do art. 100, § 4º da Lei nº 17.841/2022. Após o prazo concedido, a Administração procederá nova vistoria e caso a irregularidade não tenha sido sanada serão aplicadas as sanções legais com multas